

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA
1991/1995

Nos dias trinta e um de agosto e primeiro de setembro de um mil novecentos e noventa e quatro, realizou-se a Trigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador-Geral, Dr. Nelson de Carvalho Seixas, fez a abertura da reunião comunicando as mudanças ocorridas na pauta da reunião e a disponibilidade de material para consulta constante nas pastas distribuídas a cada Conselheiro. Em seguida o Dr. Nelson passou para os informes: 1- Ofício do Deputado Estadual da Bahia, Colbert Martins Filho, encaminhando denúncias efetuadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Tapiramut, referente ao Hospital Maternidade São Bernardo Ltda; 2- Carta do Presidente do Sindicato dos Terapeutas do Estado de São Paulo, solicitando sua inclusão como membro da Comissão Técnica de Integração Terapêutica; 3- Programa do I Encontro Estadual de Conselheiros de Saúde do Rio Grande do Norte, dias 15 e 16/09/94, e solicitação de que seja indicado um conselheiro deste CNS, para participar de mesa redonda; 4- Ofício do Conselho Federal de Biologia - solicitando que o CNS estabeleça formalmente a validade dos critérios criados pela CT/APAS, como rotina dos projetos de novos cursos; 5- Ofício do Conselho Federal de Biologia, solicitando que o CNS não reabra a discussão sobre a Resolução nº 38/CNS; 6 - Processo encaminhando proposta de alteração da normatização vigente da Portaria MS nº 1050/90, que estabelece a obrigatoriedade da advertência sobre o tabagismo; 7- Ofício do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo contra abertura de novos cursos na área; 8- Ofício do Conselho Estadual de Educação, solicitando o processo de abertura do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo em vista que, o CES/BA já publicou parecer no Diário Oficial do Estado. (o CNS ainda não se pronunciou); 9- Ofício da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, solicitando a abertura do Curso de Odontologia; anexo documentos de apoio; 10- Ofício do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Saúde do Par, encaminhando cópia de ofício enviado ao Conselho Estadual/PA, referente à situação do Conselho Municipal de Saúde de Altamira; 11- Boletim Informativo/ASPAR/MS - notícias alusivas à saúde junto ao Congresso Nacional; 12- Ofício da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná informando contratação ilícita de Agentes Comunitários de Saúde, feita através de entidades não governamentais, porém com recursos do Estado; 13- Ofícios solicitando a este CNS que se posicione contrário à abertura de Cursos de Psicologia; 14- Ofício da Associação de Ensino de Campo Grande, solicitando que seja adiada a visita do Conselheiro Ernani Aboim à instituição, em função de viagem do Diretor Geral; 15- Ofício do Secretário de Vigilância Sanitária, comunicando a impossibilidade de indicar membro participante da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia; 16- Carta propondo incluir no currículo escolar de 5ª à 6ª ou 7ª série do 1º grau, matéria sobre: AIDS, drogas lícitas e ilícitas, sexo e relacionamento humano; 17- Correspondência da Central nica de Movimentos Populares e Comunitários, solicitando providências quanto a ilegalidades cometidas pelo Governador Osvaldo Piana Filho/Rondônia; 18- Ofício da DATASUS/FNS, encaminhando 02 volumes da publicação " Diretório de Base de Dados de Interesse da Saúde". Terminado os informes passou-se à leitura da Ata da Quinta Reunião ExtraOrdinária e da Trigésima Oitava Reunião Ordinária. A primeira foi aprovada na íntegra, a segunda foi aprovada com algumas modificações. O Conselheiro Ivan de Moura Fé solicitou a inclusão do seu nome na ata, tendo em vista que esteve presente na reunião. A Conselheira Rosemary solicitou alterações nas linhas 34 e 96, ficando a linha 34 e seguintes com esta redação: "A Conselheira Rosemary dirigiu a palavra ao Sr. Ministro da Saúde, lamentando que o Secretário do Tesouro Nacional discordou de um

acordo firmado entre vários prestadores de serviços de saúde, o MS e o próprio Ministério da Fazenda, para se garantir um plano de estabilização econômica, em consequência do que os hospitais atender o somente as urgências/emergências. Indagou a Conselheira ao Sr. Ministro se em tudo isso não haveria um interesse implícito em se reduzir o atendimento e privatizar a saúde". A linha 96 e seguintes, ter o a redação a seguir: "Argumentou a Conselheira Rosemary que solicitou informações sobre a situação da epidemia, já que está fora de controle bem como, o levantamento estatístico do ano de 1994". Seguindo as discussões, o Conselheiro Antonio Mendes Pereira solicitou a correção de seu nome na linha 255. De posse da palavra, o Conselheiro Jocélio expôs ao Plenário sua participação no I Encontro Nacional dos Conselheiros de Saúde em Recife/PE. Informou que foi programado para abril de 1995, um outro encontro de Conselheiros, razão porque solicitou uma reunião neste Conselho, em outubro, que seria coordenada por ele, a fim de discutir a implementação da municipalização. A Conselheira Rosemary solicitou a retirada da pauta do Programa do Sangue e Hemoderivados e que o mesmo retornasse na pauta da próxima reunião dado o informe que o senhor Dalton Chamon não estava presente. O Conselheiro Aboim informou ao Plenário a realização do Congresso Médico no Cear do qual resultou uma carta a cerca da questão do orçamento da saúde para 94. Sugeriu uma análise crítica com sugestões de aprimoramento para a mesma, pelo Conselho. A Conselheira Zilda Arns manifestou-se fazendo comentários a respeito do Plano de Ação Emergencial para redução da mortalidade infantil, Programa de Distribuição de Medicamentos Básicos e o Programa de Aleitamento Materno. Ressaltou que o Projeto da Pastoral da Criança abrange a maioria dos municípios e conta com o apoio da UNICEF, OPAS, e solicitou o apoio também do CNS. O Coordenador pediu ao Plenário que um conselheiro analisasse o plano, solicitou a Conselheira Zilda e ao Conselheiro Jocélio que redigissem Moção de Apoio ao documento para ser submetida à aprovação do Conselho. Dando seguimento a sua explanação, a Conselheira Zilda solicitou que fizesse constar em ata que, assim como foi incorporado no orçamento o programa do DIU, fosse também incorporado o programa de medicamentos básicos necessários para o combate à mortalidade infantil. Salientou que o sistema de informação da Materno-Infantil pretende ser implantado no país inteiro e que em outubro seja colocado em pauta para discussão. Acrescentou, que apesar de serem aplicados 75% das UCAS e AIHS para o Programa Materno-Infantil, ainda não se tem uma assistência adequada. O Conselheiro Santini pediu a palavra e abordou a situação dos usuários em sua cidade, que estão sendo prejudicados e ameaçados quando São assistidos em cirurgias praticadas pelo SUS que necessitam de anestesistas, ao tempo em que, solicitou que a Sociedade Brasileira de Anestesiologia fosse convidada para participar de uma reunião neste Conselho, onde seriam debatidos os problemas enfrentados por esses profissionais. O Conselheiro Komora solicitou que constasse em ata, a situação vivenciada pelos Agentes Comunitários de Saúde, contratados pela Fundação Nacional de Saúde e sugeriu a realização de concurso público federal como forma de serem efetivados esses profissionais em seus cargos. O Conselheiro Komora demonstrou ainda preocupação com o Decreto assinado pelo Presidente da República, que autoriza o repasse de verbas Fundo a Fundo para os Municípios, tendo em vista que as Secretarias Municipais de Saúde não estariam estruturadas para cumprir o plano do repasse; falou também sobre a interiorização e que grande parte do pagamento dos médicos ainda é feito pelo Código 07. O Conselheiro Aboim argumentou que concorda com o rapasse Fundo a Fundo, desde que exista controle desses repasses para os Municípios. Sugeriu o Plenário que os Conselheiros Aboim, Jocélio, Komora e Seixas analisassem o assunto e apresentassem uma proposta de Resolução, que deveria ser submetida à votação. Quanto à questão dos Agentes de Saúde, o Conselheiro Seixas falou que esta teria que ser definida no âmbito municipal, a realização de concurso a nível Federal ou Estadual não seria apropriada. A Conselheira Zilda solicitou à mesa que o CNS providenciasse a Resolução 25/91, sobre o assunto, para subsidiar a situação enfocada. Encerradas as discussões partiu-se para a apresentação do item 01 da pauta - QUESTÕES

ORÇAMENTÁRIAS. O Dr. Elias Jorge, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Saúde, apresentou ao Plenário os últimos informes sobre o orçamento para a saúde. Em seguida, passou à explicação dos documentos oriundos do Banco Central e que diziam respeito ao orçamento da saúde. Devido sua complexidade, foi sugerido pelo expositor, que o Conselho acompanhasse permanentemente o processo orçamentário. O Conselheiro Amorim informou sua presença na 5ª Jornada Brasileira de Ostomizados, ocorrida em Belo Horizonte. O Conselheiro Armando Raggio demonstrou preocupação em relação ao orçamento para o Ministério da Saúde, dizendo que o CONASEMS obteve do Ministro Santillo a informação do repasse de 580 milhões de Reais para o Ministério da Saúde, sendo retirados 100 para pagamentos internos do Ministério e 100 para pagamento de Estados e Municípios. O Conselheiro comunicou ao Plenário que às 17 horas teria reunião com o Ministro Beni Veras e que alguns Conselheiros poderiam acompanhá-lo. O Conselheiro Jocélio falou da inexistência da aprovação do orçamento para 1994 e salientou que em 1992 houve um grande impacto na saúde pelo mesmo motivo. O Dr. Elias Jorge comunicou ao Plenário a aprovação de uma Moção do Conselho Nacional de Seguridade Social sobre o orçamento de 1994, de 15 bilhões de dólares e, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1995 havia sido aprovada. O Conselheiro Amorim disse que existe a perspectiva do Presidente da República receber representantes do CNS no Rio de Janeiro, e que questões objetivas deveriam ser levadas, com o intuito de resolver o problema do orçamento para 1994.

Item 02 - GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE - O Tema foi apresentado pelos médicos Tito Neri, Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, e Francisco Gallotti Diretor do mesmo Sindicato e conselheiro do Conselho Municipal de Saúde - SP. O Dr. Tito Neri falou a respeito do plano de gerenciamento do Hospital de Campo Limpo, pela Associação Paulista de Medicina. Ressaltou a qualidade da saúde no município, o que levou a uma média de 10 médicos pedirem demissão por semana na Prefeitura Municipal, dada as condições precárias de trabalho e a questão salarial. O Conselheiro Jocélio propôs que se elaborasse uma Resolução. Item 03 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS - Iniciou com a votação da Recomendação CT/APAS nº 42/94, aprovada por unanimidade pelo Plenário. O Ofício no. 002/94 da CT/APAS foi apresentado ao Plenário. O Conselheiro Arlindo manifestou-se favoravelmente argumentando que a CT/APAS e a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia - CICT deveriam ser responsáveis pelas an lises dos processos referentes à autorização de Cursos de Saúde e de credenciamento de Centros de Pesquisa e que o Conselho só acompanhasse essa análise quando fosse solicitado; posteriormente eles seriam submetidos ao Plenário do CNS. A análise da Recomendação nº 03/94, da Comissão de Usuários, foi adiada, devendo constar da pauta de outubro. A Recomendação nº 04/94 dessa Comissão, foi aprovada pelo Plenário, com proposta de encaminhamento de ofício à Secretaria Executiva do MS, juntamente com um estudo do impacto financeiro, realizado pela equipe do CNS frente às medidas propostas na Recomendação. Aprovada a Moção nº 14, da Comissão Intersetorial da Saúde do Índio, a qual manifesta sua preocupação com a falta de controle da mal ría nas áreas indígenas da Amazônia Brasileira, e recomenda ao Conselho que faça gestões junto ao Ministério da Saúde. Aprovada a Moção nº 15, da mesma Comissão, que trata da prevalência de Doenças Sexualmente Transmissíveis entre os povos indígenas em área de conflito e recomenda ao Conselho que reitere a solicitação feita ao Ministro da Saúde de apoiar o inquérito epidemiológico e programas de controle dessas endemias. O Conselheiro Armando Raggio sugeriu que além do MS, a FNS, FIOCRUZ, as Universidades do Amazonas e Par , e o Instituto Goeldi, também se engajassem nessa questão. A Moção no. 16 foi aprovada por unanimidade, e visa o incremento de ações de retirada de invasores da área Yanomami em prol da melhoria da qualidade de vida daquele povo, devendo ser encaminhada ao Ministro da Justiça. A Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, solicitou informações relativas à reformulação da legislação sobre "Acidente de Trabalho", que está sendo promovida pelo Ministério da Previdência Social, foi acolhida, devendo a Coordenação contactar com o Dr. Ricardo

Akel para providenciar a integração da Comissão ao Grupo de Trabalho daquele Ministério. O Conselheiro Jocélio cobrou a publicação de duas portarias, uma sobre a aprovação do Regimento Interno da Mesa de Negociação e a outra sobre a redistribuição de servidores do INAMPS. Item 05 - EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE - PLANEJAMENTO DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE NO BRASIL - O Coordenador de Dermatologia Sanitária/CENEPI/FNS, Dr. Gerson Fernando Mendes, apresentou um histórico sobre o desenvolvimento da hanseníase no país e expôs o compromisso de eliminação da doença até o ano 2.000. Registrou a importância de se fazer um diagnóstico precoce da doença, e que cada Estado deveria propor soluções para sua erradicação. Ressaltou pontos importantes, tais como: sistema eficaz de informações, capacitação de pessoal, tratamento à base de poliquimioterapia, e campanha de divulgação. Encerrada a fala do expositor, o Conselheiro Artur apresentou minuta de Resolução, propondo a manutenção da priorização técnico-político-financeiro destinada ao Programa de Controle e Eliminação da Hanseníase, a priorização do agravo dentre as campanhas de permanente divulgação pelo MS, a criação de uma Comissão Intersetorial, com acompanhamento do CNS. Levada ao Plenário para votação, a mesma foi aprovada. Item 04 - CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISA - O Tema foi abordado pelos Conselheiros Aboim e Amorim. Iniciaram apreciando parecer favorável sobre o credenciamento da Disciplina de Cirurgia do Aparelho Digestivo do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo-SP. Em seguida, foi feita a leitura do parecer favorável ao credenciamento do Serviço de Gastroenterologia, de Nutrição e Cirurgia - Geral do Aparelho Digestivo do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Submetidos à votação do Plenário ambos os pareceres foram aprovados. Passou-se ao Item 06 - APRECIÇÃO DO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA - O tema tem por objetivo a melhoria da distribuição de renda e o combate direto ao problema da pobreza. O Conselheiro Jocélio apresentou proposta de Resolução, que foi submetida ao plenário, sendo aprovada. Ainda no âmbito das discussões do item 06, o Conselheiro Newton encaminhou à mesa, minuta de Convênio Padrão para Hospitais Universitários, com proposta de encaminhamento do referido Convênio aos gestores do SUS. O Conselheiro Sabino apresentou proposta de Moção de Apoio ao Ministro da Saúde pelo pedido de intervenção na área da saúde no Estado de Alagoas. O plenário votou favorável à proposta do Conselheiro. Item 07 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS - A Conselheira Rosemary achou absurdo a transferência da Conferência de Vigilância Sanitária sem data certa e solicitou que se explicasse o porquê dessa atitude. O Conselheiro Omilton pediu a palavra e comunicou que a comercialização de Medicamentos seria tema da Oficina de Trabalho, e que o mesmo entraria na pauta da próxima reunião do CNS. Item 09 - RESOLUÇÕES CFM RELATIVAS À SAÚDE MENTAL - A abordagem do tema foi feita pelo Conselheiro Ivan de Moura Fé, que iniciou a discussão apresentando ao plenário as Resoluções no. 1407 e 1408, as quais norteiam princípios básicos e éticos para a assistência à saúde mental. Os conselheiros Seixas e Rosemary apoiaram a iniciativa, devendo ser enfatizadas nas faculdades da área de Saúde, propondo-se Resolução, solicitando ao Ministério da Saúde a divulgação e adoção das medidas contidas nesses documentos. A citada Resolução foi apresentada ao plenário para votação e aprovada por unanimidade. O Conselheiro Armando Raggio apresentou à mesa documento oriundo do CONASS E CONASEMS, sobre o manifesto feito ao Presidente da República pleiteando o repasse de 600 milhões de reais. Houve discussões acaloradas entre os representantes do CONASS e CONASEMS. O Plenário aprovou a proposta de apoio ao documento mencionado. Item 8 - PEDIDO DE REANÁLISE DA DECISÃO REFERENTE AO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE - O Conselheiro Swedenberger, relator do parecer que indeferiu o curso, abordou em sua fala a inexistência da necessidade social, com a falta de mercado de trabalho, que justifique a abertura do curso de Odontologia. Sugeriu que a decisão do parecer do Conselheiro Amorim fosse sustada e que ficasse prevalecendo o da não aprovação do curso de Montes Claros e pediu que constasse em ata sua proposta. O Conselheiro

Amorim justificou que deu parecer favorável à abertura do curso, respaldado em pesquisas criteriosas, e assegurou que entidades e autoridades locais têm interesse na abertura do referido curso. No meio das discussões, o Conselheiro Ivan de Moura Fé sugeriu que se voltasse a falar sobre o pedido de reconsideração do Conselheiro Swedenberger, no período da tarde. Reiniciado os trabalhos às 14:00 horas, o Coordenador Geral após leitura do Regimento Interno, solicitou que o conselheiro mais idoso presidisse os trabalhos, tendo em vista a ausência do Secretário Executivo e do Ministro para coordenar os trabalhos, em seguida retirou-se do Plenário por não sentir-se bem. O Conselheiro Justino coordenou a votação do pedido de reconsideração, que resultou no empate de 07 votos favoráveis, 07 contrários e 03 abstenções. O Conselheiro Omilton pediu que fosse consignado em ata que não aceitaria a anulação da votação ficando decidido pela mesa e pelo Plenário que se aguardasse o comparecimento do senhor Ministro da Saúde ou do Secretário Executivo para dar seu voto, que seria de desempate, ou até ficasse para desempatar na próxima reunião com a presença de um deles.

Item 10 - CONCLUSÕES DA COMISSÃO MISTA CFE/CNS - A Conselheira Albaneide justificou a impossibilidade de discutir o assunto uma vez que não houve reunião da Comissão, para que se estabelecesse critérios para abertura de novos cursos na área da Saúde. A Dra. Albanita, representante da CICT, trouxe ao Plenário proposta de Resolução referente a Pesquisas na área da Saúde conduzidas do Exterior, que foi aprovada, com a emenda apresentada pelo Conselheiro Newton: "de acordo com a Declaração de Helsinque". Os Itens 11 e 12 foram transferidos para pauta da Quadragésima Reunião Ordinária.

Item 13 - APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE - A Conselheira Ana Maria apresentou parecer contrário à abertura do curso de Educação Física da Associação Sergipana de Administração - Faculdades Integradas Tiradentes, salientando que justificou seu parecer contrário à inexistência de necessidade social. O Plenário votou favoravelmente ao parecer da relatora, indeferindo o curso. Quanto ao curso de Fisioterapia da mesma associação, a Conselheira apresentou parecer favorável à sua abertura, condicionando, entretanto à redução de vagas, de 80 para 40, uma vez que estas atendem às necessidades sociais do Estado. Submetido à votação, o Plenário foi favorável ao parecer. O Conselheiro Newton apresentou parecer favorável sobre a abertura do curso de Fisioterapia da Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, sendo aprovado pelo Plenário. O Conselheiro Jocélio apresentou o pedido de reconsideração do curso de Educação Física da Organização Educacional de Ribeirão Pires/SP. O Conselheiro concordou com o parecer anterior do Conselheiro Omilton. Submetido ao Plenário, este aprovou o parecer, deferindo o curso. Quanto aos cursos de Fisioterapia e Farmácia e Bioquímica da Sociedade Educacional Vila Mariana/SP, o Conselheiro apresentou pareceres contrários à abertura de ambos, que submetidos ao Plenário, foram aprovados, indeferindo-se os cursos em questão. Pedido de vistas do curso de Psicologia - Associação Educativa Evangélica - GO, o Conselheiro Jocélio ofereceu parecer contrário, que, submetido ao Plenário, foi aprovado, sendo indeferido o pedido. Curso de Fisioterapia e de Psicologia - Universidade Salgado de Oliveira - Niterói, com parecer favorável, condicionando a abertura do curso de Fisioterapia à redução de 60 (sessenta) vagas e contrário ao do curso de Psicologia, ambos foram aprovados pelo Plenário. A Conselheira Albaneide, em relação ao curso de Naturologia Aplicada - da Fundação de Educação e Cultura Espírita Paran - Santa Catarina/PR, em face a natureza da matéria, disse que deveria ser encaminhado preliminarmente à Comissão de Integração Terapêutica e CT/APAS. Pedido de vistas - curso de Alimentação e Nutrição - Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina - SP, com parecer contrário à sua abertura, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o pedido. Finalizando a reunião, o Conselheiro Justino pediu sugestões para a pauta da próxima reunião Ordinária, sendo indicados os temas: Discussão com os representantes dos anestesistas; proposta de Resolução sobre critérios de abertura de novos cursos da área da Saúde, programas Médico da Família, do Sangue, do Controle da Malária, da Materno-Infantil e dos Agentes Comunitários de

Saúde, modalidades de gestões jurídicas do SUS e propostas da Comissão de Revisão do CNS. O Coordenador Geral deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Mendes Pereira, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio Gomez de Sousa, Armando Martinho Bardou Raggio, Artur Custódio Moreira de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Carlos Komora Vieira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim Silva, Francisco Ubiratam Dellape, Ivan de Moura Fé, Jocélio Henrique Drummond, José Carlos Seixas, José Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Laura Regina M. da Fonseca Lemos Duarte, Omilton Visconde, Rosemary Lumena Berol da Costa, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Zilda Arns Neumann, e os suplentes: Albaneide Maria Lima Peixinho, Gilson Calemann, Marilza Sales Braga, Newton de Araújo Leite e Valter Chaves Costa.